

Justiça, Paz e Integridade da criação

Organização de
MARIA JULIETA MENDES DIAS



Prefácio

Interrogar a Integridade da Criação

Por Guilherme d'Oliveira Martins

“Paz, Justiça e Integridade da Criação” constitui um relatório académico sobre o projecto realizado entre as Religiosas do Sagrado Coração de Maria, visando o contributo para a criação de uma alternativa à cultura do domínio e da violência e aprofundando o sentido da interligação pessoal, da interdependência de toda a criação e das implicações destes temas na espiritualidade, em especial na relação com os outros e na protecção e salvaguarda do meio ambiente. Todas as Religiosas foram chamadas a participar activamente na preparação de jornadas, através de um inquérito visando provocar uma reflexão individual e comunitária – que teve sequência num debate que demonstrou a necessidade de trazer estes problemas à prática educativa e à vida comunitária.

Trata-se de um trabalho de grande mérito realizado pela Irmã Maria Julieta Mendes Dias que permitiu com brilhantismo a obtenção do Grau de Mestre em Ciências das Religiões, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – graças ao apoio e co-orientação do Dr. Paulo Mendes Pinto.

Importa, salientar, antes de mais, a actualidade e premência do tema, uma vez que relaciona a questão da globalização e a tomada de consciência das responsabilidades pessoais e cívicas, mas também espirituais e religiosas, relativamente à humanização no movimento de mundialização. A criação de um mundo global consciente das responsabilidades de todos na criação de condições de paz e desenvolvimento humano é um elemento essencial para a concretização de uma cultura de paz universalista, emancipadora e humanista – na linha das propostas ainda hoje muito inovadoras e proféticas da Encíclica *Pacem in Terris* do Papa

João XXIII. Como afirmou recentemente o Papa Bento XVI, trata-se, no fundo, de dizer que a “salvaguarda da criação e a realização da paz são realidades intimamente ligadas entre si”. Num mundo marcado pelas repercussões de uma profunda crise financeira global, a que se chegou em virtude do imediatismo e do culto da ilusão relativa a um progresso que não teria limites, urgente se torna que haja uma reflexão e uma mobilização informada, crítica e empenhada de boas vontades – ligando a compreensão pessoal dos valores éticos à experiência e ao exemplo do dia a dia, em nome da coerência da acção entre o ensino de Jesus Cristo e os sinais dos tempos do mundo contemporâneo – como salienta a Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II *Gaudium et Spes*.

Há, pois, uma coerência profunda entre um ensino de amor e de compromisso, e uma prioridade atribuída à cultura e à acção criadora. Não há resultados sociais sem compromisso pessoal, em contraponto à indiferença e ao egoísmo, sem proximidade em relação às pessoas e aos problemas. E o certo é que ao longo do projecto da Mestre Irmã Maria Julieta Mendes Dias nota-se uma especial atenção relativamente à mobilização de energias no sentido de articular esforços, onde quer que se situem, visando uma espiritualidade actuante – na linha do compromisso de que fala Emmanuel Mounier.

Citando as Constituições das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, não podemos esquecer que “em todas as nossas obras e mistérios colaboramos com a acção de Deus no desenvolvimento integral e na libertação da pessoa humana” (nº. 33). E é assim que se impõe a tomada de consciência de que a oração, o silêncio e a atenção às realidades dos outros é um sinal para que o sentido de compromisso comunitário possa contribuir positivamente para um ambiente de paz, de respeito mútuo e de salvaguarda da eminente dignidade da pessoa humana.

Só a partir de um sentido de entre-ajuda, de respeito mútuo, de partilha, de complementaridade e de interacção adequada é que será possível criar condições para que as instituições encontrem instrumentos que possam ser favoráveis a um humanismo cristão aberto, na actual situação do mundo. Ao lermos a Encíclica *Pacem in Terris* ou as Constituições Pastoral e Dogmática saídas do Concílio Vaticano II, vemos que o Papa Bento XVI seguiu a mesma linha na última Encíclica *Caritas in Veritate*, procurando pôr a tónica na necessidade de reunir esforços quer em redes de proximidade, quer em sociedades políticas, quer nas organizações internacionais a fim de que a dignidade da pessoa humana

possa ser respeitada por todos, como fundamento universal dos direitos e deveres fundamentais e das responsabilidades morais e cívicas. Se é certo que, como afirmou o Papa Paulo VI, na Encíclica *Populorum Progressio*, “o desenvolvimento é o outro nome da paz”, torna-se indispensável partir das noções de justiça e de paz para a compreensão da “integridade da criação”. Num tempo em que as ilusões, o imediatismo, as aparências parecem ocupar o lugar da cultura como criação (por contraponto à indiferença e à especulação) é da maior importância a procura de soluções pessoais e comunitárias que entendam o acto criador como um exercício de compreensão do próximo, de compromisso com a verdade e a justiça, de consciência de que o outro é a outra metade de nós mesmos e de que estamos obrigados a uma entrega mútua em nome da paz dos corações e não da paz dos cemitérios o que aponta para uma partilha equilibrada de recursos e de vontades e a consciência de que há um destino universal dos bens da terra.

Percorrer a Paz exige, assim, viver a justiça, isto é, respeitar a dignidade humana de cada pessoa nos seus direitos fundamentais: liberdade de consciência e pensamento, igualdade equitativa de oportunidades, correcção das desigualdades e defesa de princípios que satisfaçam as necessidades básicas. Este percurso é feito, caminhando pela justiça assumida como valor, como objectivo e como exigência.

Lisboa, Dezembro de 2012